



Revista especial:  
Raílda Herrera



# Usina quer pôr fim à paz e alegria dos Kayabi e Apiaká



É março. Época da cheia. O rio dos Peixes transborda limpo, cercado de matas com seus macacos coatás, araras, matracas. Do canteiro de obras da Andrade & Gutiérrez S/A, ocupado por representantes de 14 nações indígenas, são 40 minutos de viagem num pequeno barco com motor de popa ("voadeira") até a aldeia Tatuí. Lá vivem aproximadamente 200 Kayabi. Logo no início da viagem, uma parada para pegar uma mãe Kayabi, prestes a parir, e que vai ao pequeno hospital da Missão Anchieta, na aldeia Tatuí. No caminho, as dores aumentam. Nova parada, para a irmã Hilvécia Simeone, enfermeira em Tatuí, atender a uma garota com malária. As águas do rio subiram demais e chegar a casa é difícil. Mas a paciente já está melhor.

Seis quilômetros antes do ponto final, parada obrigatória. Descemos na aldeia Mairob (Papagaio), do lado direito do rio, onde vivem aproximadamente 50 Apiaká. O bebê ameaça nascer e é preciso apressar a viagem até Tatuí. Na aldeia dos Apiaká, onde ficamos, mulheres apreensivas esperam notícias e contam que se reúnem todas as noites para rezar pela sorte dos acampados no canteiro de obras da hidrelétrica. A preocupação é grande e as ameaças de jagunços estão no ar.

Em Tatuí as crianças fazem a recepção festiva a todos os que chegam. São saudáveis, alegres e gostam de inventar brincadeiras. A tarde, o aviso dado no barco é confirmado: nasce mais um guri — de parto normal, como quase todos — para aumentar a alegria na reserva. Naqueles dias, outras três mulheres estavam se preparando para dar à luz. A média, por família, é de seis filhos. Não se vê sinal de gripe e a malária, que grassava na região, está quase controlada.

## HISTÓRIA

Na época da fundação de Cuiabá (1719), consta que os Kayabi — do tronco lingüístico Tupi — habitavam a região dos rios Arinos e médio Teles Pires (ou Paranaatinga). No início deste século, foram descobertos seringais próximos aos rios Verde e alto Teles Pires. Os seringueiros começaram a invadir o território dos Kayabi, que resistiram com valentia. Por isso, tornaram-se conhecidos como "índios bravios e indômitos".

A partir de 1950, a extração da borracha estendeu-se abaixo do Teles Pires, até o rio Peixoto de Azevedo. Também na mesma década, foi elaborado e decretado o projeto de colonização do estado do Mato Grosso. No fim da década de 1950, quase não havia mais Kayabi no Teles Pires. Eles foram se retraindo e ficaram con-

finados numa pequena parte do território imemorial no rio dos Peixes, do salto para baixo. Parte dessa terra foi demarcada em 1975. A partir de 1978 as lideranças começaram a reivindicar a ampliação da reserva, pois o salto sagrado, lugar místico de origem dos Kayabi, e também a área de onde tiram taquara para fazer flechas haviam ficado fora dos limites definidos.

Até 1966 havia dois grupos de Kayabi na região. Naquele ano, os irmãos Villas Bôas tentaram, numa operação, transferir todos para o Parque do Xingu, tendo deixado uma grande área "desimpedida" para as fazendas que se formavam. Um grupo menor (conhecido por Tatuê) resistiu, liderado pelo capitão Francisco (Yupariup). Eles habitam hoje o rio dos Peixes. O outro foi levado para o Xingu. Mas as queixas são constantes. Muitos querem voltar. Depois de quase vinte anos, ainda não se conformam de haver perdido a área onde havia tudo de que precisavam para viver segundo a sua cultura.

Quem sempre contava como era a vida dos Kayabi antigos, era o chefe Temeoni, já morto. "Antigamente a gente viajou muito longe, não houve civilizados. Antigamente havia gente (do povo deles) por todos os cantos do Arinos. A gente dizia, quando passava: Vovozinho (Apinakó). A gente viajava em canoa de casca por toda parte. Todos tinham a mesma língua". Hoje, a memória dos Kayabi está com o capitão Yupariup e outros mais velhos. É ele quem explica por que o Salto Grande (onde querem fazer a usina) é sagrado: "É a origem dos Kayabi". Yupariup conta que lá sempre aparece o grande pajé Ypopinin. A canoa dele teria afundado no local e ele se transformou numa serpente. Sua morada real está na cabeceira do córrego Konomiwap — local de onde os antigos tiravam pedras para fazer machado —, afluente do rio dos Peixes. Quando os índios visitam o local, deixam presentes, principalmente penas e flechas. É para acalmá-lo e agradecer-lhe os benefícios prestados aos Kayabi.

A construção da Hidrelétrica Caiabis, próximo das reservas dos Kayabi e Apiaká, acabará com a paz ali. Além de defenderem veementemente a preservação do salto sagrado, eles temem a chegada de mais de 3.000 homens do canteiro de obras, dentro da área de ampliação reivindicada. Todos temem pelo futuro dos filhos, dos netos. Temem o que vem junto e depois da construção da hidrelétrica. Lutam para garantir a paz, a alegria contagiante das crianças, a caça, a limpeza do rio onde pescam e de onde tiram água para beber, taquaras para as flechas e onde encontram as araras que enfeitam a vida.



**NÃO A HIDRELÉTRICA**

No norte do Mato Grosso, entre matas fechadas e escondido dos grandes latifúndios que dominam a região, está o sagrado Salto Kayabi. Impassível a tudo o que o rodeia, suas águas descem a queda violentas, quebram-se em nova cachoeira um pouco mais abaixo e dão continuidade ao tranqüilo e limpo rio dos Peixes. Mas essa paz está ameaçada pela Cemate — Centrais Elétricas Matogrossenses S/A, que planejou construir ali 150 barracões e colocar 3.000 homens para a implantação de uma hidrelétrica que atenderia a três pequenos municípios e alguns distritos. Não é só a paz da natureza que corre perigo. Com a hidrelétrica estando sendo atingida diretamente os Kayabi e os Apiaká que escaparam do massacre dos seringalistas e fazendeiros e se concentraram próximo dali no último pedaço de terra que não lhes foi roubado.

Para ajudar seus irmãos e acabar com a ameaça, dia 7 de março, chegaram ao canteiro de obras da Andrade & Gutiérrez S/A — contratada pela Cemate para construir a usina — representantes de diversas nações indígenas. Havia Nambikwara, Umutina, Xavante, Terena, Paresi, Bororo, Bakairi, Irantxe. Juntaram-se aos Kayabi,

**“Nós queremos que ele seja do jeito que tá, porque esse Salto aqui é um mistério pra nós” (José, pajé, Kayabi)**

bi, Apiaká e Kampa, que já estavam lá, e ocuparam os barracões construídos. Alguns dias depois, chegaram seis Rikbaktsa (conhecidos também por Canoeiros) de barco, e também três representantes dos Mynky, que contam com pouco mais de dez anos de contato com os “brancos”. Estava formada a assembléia permanente. Alguns velhos trazem as taquaras para as flechas e os ka'auê para envenená-las. Outros começam a ralar o jenipapo e preparar o urucum para a pintura de guerra. Enquanto isso, também se preparam as bordunas.

Gilberto Jutap Kayabi tenta mais uma vez uma saída para o caso. Chama, pelo rádio, o encarregado da

# Contra destruição do Salto sagrado, união e resistência

obra para negociar. A resposta: “Já acertamos tudo com vocês”. O “já acertado” era um acordo, nunca cumprido, em que os Kayabi e os Apiaká aceitariam a construção da hidrelétrica desde que a Andrade & Gutiérrez demarcasse a área de ampliação reivindicada pelos índios desde 1978, enviasse um médico para a aldeia, uma vez por mês, além de construir uma

**“Nós não queria que o Salto seja destruído pelos brancos, pela construção da usina hidrelétrica, que ele continua ou fica como está. Mesmo que indenizasse não tinha dinheiro que pagasse esse Salto, a natureza” (Yupariup, capitão Kayabi)**

casa de trânsito em Juara, a sede do município, a 75km dali. O acordo não foi cumprido e os índios começaram a ver chegarem as máquinas, os primeiros barracões serem construídos, os trabalhadores abusarem de suas filhas e levarem cachaça para a reserva. Viram também mais de cinquenta jacarés mortos pelos invasores e os peixes roubados de seu rio. Era uma pequena amostra do que poderia acontecer se as obras continuassem.

Os líderes das duas comunidades estiveram várias vezes em Cuiabá — a 750 km de Juara — reivindicando, junto à Cemate e à Funai, uma solução tranqüila para o caso. Antônio Carlos Fain, líder Kayabi, chegou até mesmo a escrever para o presidente eleito Tancreto Neves (ver PORANTIM n.º 73), falando sobre a situação e pedindo “reconhecimento dos nossos direitos e a nossa sobrevivência”. Pedia ainda “mais respeito a nossa vida. O que esperamos é a justiça e não violência”. Na carta, ele ainda perguntava: “Será que só existe esse Salto?”. A pergunta nascia de uma certeza: na região há outras alternativas para garantir energia às pequenas vilas nascentes. Os índios indagam muitas vezes por que não se optou por construir essa usina na fazenda do governador Júlio Campos, por exemplo, que fica perto dali, e onde

“Pedimos respeito a nossa terra. Chega de conversa fiada”. Essa era a resposta dos Kayabi e Apiaká — pintada com jenipapo no avião — a comitiva que fora negociar uma saída para o impasse gerado pela Cemate (Centrais Elétricas Matogrossenses S/A). Dia 30 de março o avião levou até o Salto Kayabi os deputados Mário Juruna (PDT-RJ), Gilson de Barros (PMDB-MT), o prefeito de Juara, José Geraldo Riva (PDS), além de um engenheiro da construtora encarregada das obras da usina. Juruna defendia que os índios deveriam fazer acordo com a Cemate para que as obras prosseguissem, mas essa proposta foi repudiada pelas lideranças acampadas no cantei-

ro de obras, desde o início do mês. Eles estão lá esperando a revogação do decreto presidencial que dá à Cemate poder para utilizar o salto sagrado por 30 anos. Esperam também pela demarcação de uma faixa de terra, reivindicada há sete anos. Diante da irredutibilidade dos indígenas em perder suas terras, nova reunião para discutir o caso foi marcada, em Cuiabá, dia 2 de abril. Três líderes Kayabi e dois Apiaká se removeram até a capital matogrossense e esperavam a presença do presidente da Funai, Nelson Marabuto, para a reunião com a Cemate, Andrade & Gutiérrez e Comissão do Índio daquele Estado — Gilson de Barros, Juruna e Bento Porto (PDS).

há um salto maior que o existente na terra deles.

Em 1975, as reservas dos Kayabi (aproximadamente 200 pessoas) e dos Apiaká (quase 50) foram demarcadas, mas parte das terras que ocuparam imemorialmente e de onde tiram taquara para fazer flecha — próximo ao Salto — foi excluída dos limites. O Salto Kayabi, denominado na língua deles Ytu'u (Salto Grande), também ficou fora, bem como uma área um

**“Muitos brancos falam que o índio tem muita terra, mas não é. O governo Júlio Campos que tem terra de 75 km por 50, pra uma família, esse pra nós é muita terra” (Yupariup, capitão Kayabi)**

pouco mais acima, no córrego Konomiwap, de onde os antigos tiravam pedras para fazer machados. Esses dois locais são sagrados para eles, pois “é onde mora o pai grande do nosso povo”. Representa a origem dos Kayabi, esta constantemente presente nas tradições do grupo. É o que há de mais sagrado em seu universo

mitico. É a morada da entidade superior dos Kayabi.

Em 1983 começa a ser aberta a estrada por onde passariam as máquinas destinadas às obras no Salto. Os Kayabi cercam os trabalhadores, em novembro, e param o serviço iniciado. Em dezembro chega à aldeia Tatuí o então delegado da 5ª DR (Cuiabá), coronel Darci Alvares da Cunha, com um antropólogo, um engenheiro da construtora e dois funcionários da Cemate. São pintados de jenipapo e escorraçados, não sem antes assinarem um documento, garantindo a ampliação das reservas (ver PORANTIM n.º 73). Em janeiro de 1984, propondo a criação de uma reserva florestal na área pretendida. Nada se resolve e o acordo não é cumprido. A 9 de janeiro deste ano de 1985, lideranças Kayabi enviam mais uma carta ao diretor da Cemate. Propõem nova reunião. Não obtêm resposta e, sabendo que as obras seriam reiniciadas em abril, após a liberação de verbas pelo Governo do Mato Grosso, resolvem agir.

Nas primeiras assembléias realizadas nos barracões, onde rasgaram e pisotearam documentos da Cemate e da construtora contratada, os líderes

# do Salto resistência

resolvem mandar embora, dia 8 de março, o vigia da obra, Francisco Miguel Sobrinho, e sua esposa, Magnólia Miguel, que moravam ali havia um ano. Os dois cuidavam dos materiais deixados pela empresa construtora, que retirara os trabalhadores dali e os levava para Juína, onde está construindo uma outra hidrelétrica, que, quando terminado, alagará 500 hectares da terra dos Cinta-Larga. Após

**“Nós tamos numa luta muito séria aqui. Nós estamos aqui pra fechar essa usina e não deixar mais funcionar. E também sobre a demarcação de nossa terra, tem que sair mesmo, tem que pressionar, porque se for esperar pelos brancos nunca ninguém vai ter uma terra demarcada. Nós já tamos cansados de promessa. Tanta promessa de branco e nunca ninguém recebeu nada.” (Luciano Tamaná)**

a saída do casal, com seus móveis, os indígenas ali reunidos fecharam a estrada e passaram a vigiar armados o local, pois tudo pode acontecer naquela região onde uma vida importante é tirada por um jagunço, por apenas Cr\$ 200.000.

As reuniões se sucedem, na primeira quinzena de março. Sem hora para começar ou terminar. Em uma delas, os representantes de 14 povos decidem fazer um documento, para entregar ao presidente eleito Tancreto Neves e ao então presidente da Funai, Nelson Marabuto. Três são as reivindicações das lideranças reunidas: impedir o prosseguimento da construção da usina; revogação do decreto n.º 85.998/81, que dá à Cemate o direito de utilizar o salto por trinta anos; e a imediata demarcação da área de ampliação exigida pelos Kayabi e Apiaká. Elegem, democraticamente, uma comissão que irá a Brasília negociar. Tomam uma segunda decisão: começar a queimar os cinco barracões construídos naquele rasgo feito nas

matas dos Kayabi. Queimam um primeiro, como sinal de alerta, e passam a aguardar a chegada do avião que vem do Xingu, trazendo os líderes Txukahamãe, Raoni e Megaron, e também Prepori, o capitão dos Kayabi que vivem no Parque.

Com a chegada do grupo, dia 14, nova assembléia é feita. Formam a Aliança das Lideranças Indígenas (ver ata de fundação, abaixo), a ser presidida por Raoni. A organização pretende estar sempre preparada para ajudar a todos os povos com dificuldades para garantir suas terras.

Dia 15 de março chega a Brasília a comissão, juntamente com Raoni e Megaron. Encontram a Funai abarrotada de índios. Muitos estavam ali para tentar influir na escolha do novo presidente da autarquia. Encontram também a “Nova República” doente, sem poder dar uma resposta as reivindicações dos acampados. Tancredo estava no Hospital de Base e tinha sofrido a primeira operação. O vice-presidente em exercício não tinha respaldo para escolher o segundo esca-

**“Vamos fechar aqui essa usina aqui pra não deixar funcionar porque isso aí não vai trazer nada de bem pra nós. Só traz prejuízo pra gente, trazer doenças, trazer outras coisas aí mais graves.” (Luciano Tamaná)**

lão. A comissão volta para Mato Grosso depois de uma semana de espera, agora em companhia de Nelson Marabuto (ainda na Presidência da Funai), que levará as explicações aos acampados.

É tempo de planta. Muitos têm de voltar para suas aldeias e não podem esperar o restabelecimento do presidente. Mas os Kayabi e os Apiaká continuam ocupando os barracões da construtora, até o fechamento desta edição do PORANTIM. Estavam cumprindo a promessa de Nicolau Kayabi, feita em Brasília: “Se não anular o decreto e não fazer a ampliação da reserva, nós vamos permanecer lá. E pode haver derrame de sangue”.



Representantes de 14 povos de prontidão para defender o Salto Kayabi

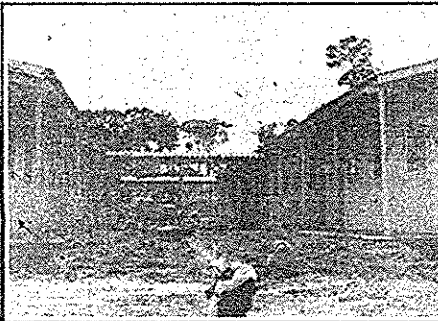
## Firmada aliança de líderes, no canteiro de obras da Cemate

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e cinco reuniram-se em assembléia no Salto Kayabi as principais lideranças indígenas no Mato Grosso, onde foi discutida a necessidade urgente de impedir a construção da usina hidrelétrica no local, tendo em vista o prejuízo que irá causar ao ambiente natural dos povos Kayabi e Apiaká. Em segundo plano, foi discutida ainda a necessidade da criação de uma “aliança indígena” para, em conjunto, solucionar os graves problemas que afetam a vida de uma comunidade indígena em várias partes do território nacional.

mente indigenistas, que tenham atuação comprovada tanto na defesa como ao apoio à causa indígena no Brasil. d) Infiltrar quanto à escolha dos dirigentes do órgão de assistência ao índio em toda a esfera de sua administração, sempre que para isto houver necessidade. E ficou decidido de comum acordo entre os representantes das nações indígenas Apiaká, Bororo, Bakairi, Irantxe, Kampa (A), Kayabi, Mynky, Nambikwara, Rikbaktsa (Canoiros), Paresi, Terena (MS), Txukahamãe, Umutina e Xavante presentes a esta assembléia, que a Aliança das Lideranças Indígenas (Alindig) terá sede na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, pela sua localização estratégica e pelo fato de situar-se nas proximidades da maioria de cada aldeia e comunidade signatárias desta ata.

- Objetivos:**
- a) Apoiar a luta de cada tribo no processo de sua sobrevivência como povo e cultura diferenciados, sobretudo no que tange à demarcação de seu território tradicional.
  - b) Defender uma política que visa a promover e construir um futuro melhor para os índios.
  - c) Reforçar os trabalhos executados pelos amigos de índios aqui denominados simples-

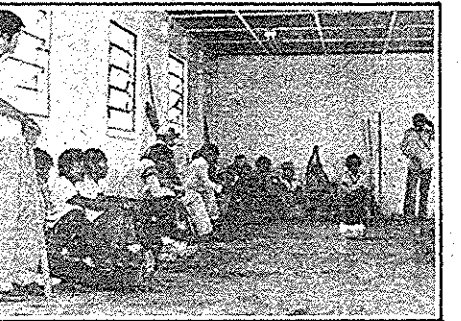
Ao final, seguem assinaturas dos dirigentes, “num primeiro momento”. Raoni e Megaron encabeçam a lista, como presidente e vice, da organização, que terá como conselheiros todos os caciques, além de possuir diversas secretarias.



Barracões da construtora são ocupados pelos líderes que só saem dali após a vitória



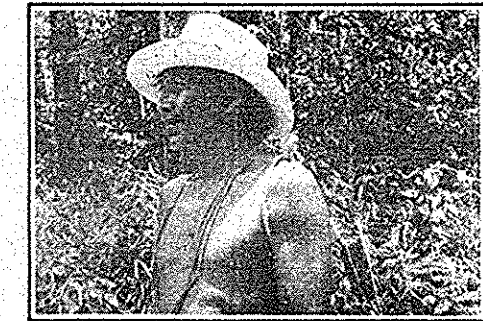
O jenipapo é ralado e misturado à água para fazer a pintura de guerra



No acampamento, as reuniões são frequentes, para se tomar decisões



Placa da Cemate é flechada, derrubada e pisada



Capitão Francisco (Yupariup), líder Kayabi na defesa da terra de seu povo



Após o fechamento da estrada, primeiro barracão é queimado



Gilberto Kutap Kayabi: “Isso que estamos fazendo é pelos nossos filhos, nossos netos”.



Geraldo, velho capitão Aplaká firme na luta